

Gênero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução histórica

Patricia Gomes¹

Introdução

O conceito de cidadania pode ser analisado sob diferentes perspectivas: política, jurídica, sociológica, econômica e psicológica. Por outro lado, é indiscutível o fato de que a participação na vida política se realiza através do voto, instrumento fundamental em qualquer sociedade democrática (Corona Corrias, 2007). Todavia, o voto não constitui o único instrumento e não é por si só suficiente, mas seguramente imprescindível para obter uma boa governação (Corona Corrias, 2007, p.23). Não menos importante é o estatuto do cidadão, que implica o reconhecimento dos direitos e deveres de uma determinada comunidade política ou de um determinado ordenamento jurídico no qual essa comunidade se insere, ou ainda do próprio Estado².

A reduzida presença da mulher nos postos de decisão nas organizações políticas e econômicas é um fato objetivo da nossa época, demonstrado por numerosos trabalhos de pesquisa realizados em países ocidentais desenvolvidos, e em países ditos “em vias de desenvolvimento”. O século XX foi o século da emancipação feminina e da conquista dos direitos fundamentais por parte da mulher, entre os quais o direito de voto, tendo-lhe permitido “abandonar” a esfera privada e ser finalmente parte ativa nas instituições públicas do Estado (Capuzzi, 2004, p.12). Todavia, a integração política e econômica da mulher foi (e é) um processo lento e contraditório, que pressupôs mudanças profundas em nível dos modelos sociais, isto é, aquele conjunto de normas culturais que regulam uma determinada sociedade (Capuzzi, 2004).

Nas sociedades africanas, o papel da mulher foi sempre fundamental. Antes da penetração do colonialismo europeu na África, a mulher africana participava de forma ativa no processo de tomada de decisão (O’Barr, 1984, p.143). Na maior parte das sociedades agrícolas da África subsaariana, o seu estatuto político dependia quase sempre da posição que estas ocupavam na agricultura. Quer nas sociedades matrilineares quer nas sociedades patrilineares, eram as mulheres que controlavam boa parte dos setores de atividade econômica como a produção, o comércio, a economia e os negócios domésticos.

Nas instituições políticas (chamados conselhos) a presença feminina era im-
portante e eram as mulheres que decidiam como gerir os próprios negócios ou
como exercer um certo controle nas atividades geridas pelos homens. Todavia,
as prerrogativas atribuídas às mulheres nunca chegaram a ser as mesmas
atribuídas aos homens em nenhum sistema, mesmo naqueles onde a mulher
chegou a assumir posições de liderança em termos políticos (O'Barr, 1984, p.144).

O advento da colonização nos finais do século XIX e a sua intensificação
na primeira metade do século XX teve um profundo impacto na condição soci-
al da mulher. De forma geral, a tendência foi a de ignorar ou de limitar o
poder feminino na sociedade. Os agentes coloniais eram da opinião de que o
papel da mulher devia limitar-se à esfera doméstica. Por outro lado, lá onde
existiam sociedades africanas guiadas por mulheres, o poder colonial não pro-
curou manipular as "chefes", e por vezes nem mesmo chegava a ter conheci-
mento da sua existência (O'Barr, 1984, p.144). Entre os finais dos anos 50 e
início dos anos 60, a geopolítica do continente africano mudou radicalmente.
Grande parte dos territórios africanos tinha finalmente alcançado a tão espe-
rada independência. Para a maior parte deles, o processo de negociações tinha
obedecido a critérios mais ou menos pacíficos, com a participação direta dos
líderes nacionalistas africanos. Contrariamente, nas colónias portuguesas o
processo de descolonização assumiu um caráter violento em alguns dos terri-
tórios. Entre 1961 e 1964 tiveram início as guerras de libertação em Angola,
Guiné e Moçambique. Uma das mais importantes consequências foi a queda
da ditadura fascista em 1974 (Gomes, 2008a).

A segunda metade do século XX foi também marcada pela adoção de uma
importante lei colonial, o "Estatuto do Indigenato", aprovada em 1954. Esta lei,
em vigor até 1961, regulava a vida política, administrativa e social dos africanos
"indígenas" das "Províncias do Ultramar", sem no entanto fazer qualquer refe-
rência à participação dos africanos e, por conseguinte, das mulheres, nas insti-
tuições do Estado colonial, nem tampouco previa direitos aos "não assimilados".
Por outro lado, apesar da importância fundamental da mulher na economia
doméstica, ela não gozava dos mesmos direitos políticos que os homens na vida
da sua comunidade, exceto nos negócios "femininos". Raramente tomava parte
nas discussões sobre questões políticas das aldeias (Urdang, 1984, p.158).

Com a independência dos territórios africanos sob colonização, muitos
problemas surgiram; a mentalidade colonial tinha favorecido o emergir de um
comportamento social que limitava a mulher às atividades consideradas "típi-
camente femininas" (Carcangiu, 2007, p.338). No entanto, tinha-se tornado

evidente que no contexto pós-colonial, era fundamental contar com o apoio e
esforço de homens e mulheres no processo de construção do Estado e das novas
instituições governativas. O crescente interesse mundial pelas questões femi-
ninas tinha levado a Organização das Nações Unidas a declarar, pela primei-
ra vez, o ano de 1975, Ano Internacional da Mulher⁴. Na Conferência do Méxi-
co de 1975, foram debatidos os problemas, as dificuldades e o mal-estar social e
económico que as mulheres africanas enfrentavam em muitos países e a in-
satisfação perante uma condição política de desvantagem em relação aos ho-
mens⁵. A década 1975-1985 promovida pela ONU teve como principal objetivo
favorecer uma política de integração do género no processo de desenvolvimento e
criar as condições necessárias para a participação das mulheres nas instituições
estatais como sujeitos de pleno direito. Nesses dez anos, deu-se impulso a estudos
institucionais e de caráter científico, para além de se ter incentivado a imple-
mentação de programas sobre a condição feminina no mundo. Foram propostos
projetos e foram aplicadas políticas de género focalizadas na participação direta
das mulheres no desenvolvimento do país. Foram criadas organizações e movi-
mentos femininos com a finalidade de propor novos modelos sociais baseados na
solidariedade tradicional. Os três conceitos "chave" da UNESCO (solidariedade,
nacionalidade e participação) constituíram os pilares da nova concepção de soci-
iedade, mais humana e mais equilibrada (Carcangiu, 1986, p.58).

A abordagem deste tema não poderá ser feita sem nos referirmos ao
Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo-Verde (P.A.I.G.C.), par-
tido que galvanizou todas as forças nacionalistas para a luta pela independen-
dência. A conquista dos direitos políticos na Guiné-Bissau foi favorecida so-
retudo após a criação do PAIGC em 1956, que desde o início se empenhou no
combate à discriminação com base no género. No seu programa de ação esta-
beleceu a "igualdade dos cidadãos perante a lei sem distinção de nacionalida-
de ou grupo étnico, raça, sexo, origem social ou nível cultural" em que "os
homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e
nas atividades públicas". Uma das palavras de ordem do Partido foi "defen-
der os direitos da mulher, respeitar e fazer respeitar as mulheres (crianças,
jovens e adultas), convencendo-as de que a sua libertação dependia delas pró-
prias, do seu trabalho e da dedicação ao Partido, do seu posicionamento pe-
rante tudo o que se mostra contrário à dignidade feminina" (Cabral, 19/11/
1969). Em tal contexto, que impedia à mulher guineense de usufruir dos
mais elementares direitos humanos, o PAIGC teve um papel decisivo no que
concerne ao seu processo de modernização.

Os anos 80 foram marcados por uma presença pouco relevante do elemento feminino nas estruturas políticas da Guiné-Bissau, ao mesmo tempo que se davam os primeiros passos em direção à liberalização da economia. A década de 90 ficou marcada pela abertura política e democrática das instituições do país. Entre dezembro de 1991, data da legalização do primeiro partido político da oposição e dezembro de 2002, foram criados vinte partidos políticos. Em 1994 realizaram-se as primeiras eleições gerais multipartidárias da história da Guiné-Bissau. Quatro anos mais tarde, em junho de 1998, a tensão política, social e militar que se vinha arrastando desde os anos oitenta levou à eclosão de um conflito político-militar, cujas consequências econômicas e sociais deixaram sequelas que ainda hoje se refletem na vida das populações locais. Neste contexto, as mulheres assumiram um papel singular como força social capaz de garantir a sobrevivência e o bem-estar das próprias famílias. Por outro lado, no quadro político e institucional que se veio a desenhar após a guerra civil de 1998-99, as mulheres deram uma importante contribuição enquanto mediadoras no processo de reconstrução nacional. Neste sentido, o reforço de capacidade, isto é, o *empowerment*, a integração de uma perspectiva de género nos programas de desenvolvimento (institucionalização do género) e o estatuto jurídico da mulher são domínios definidos como estratégias para reduzir a pobreza extrema que afeta grande parte das mulheres em nível mundial, preocupação de várias organizações e entidades mundiais, apesar das dificuldades da sua implementação prática.

Com a abordagem deste tema pretende-se contribuir para a reconstrução do percurso da mulher guineense a partir do contexto da luta armada, considerando três momentos históricos importantes:

- a) A luta pela independência nacional no seio da qual se deu a tomada de consciência política;
- b) As grandes transformações políticas e económicas do pós-independência (anos 80-90);
- c) A mulher como ator no processo de reconstrução nacional após o conflito político-militar de 1998-99

A participação da mulher na luta armada

Estruturas políticas e militares

Durante a luta contra o colonialismo português a mulher guineense desempenhou um papel fundamental. Na fase da atividade política clandestina (1956-1962) eram as mulheres que organizavam as reuniões dos dirigentes do

Partido, que preparavam e distribuíam o material de propaganda, que escondivam nas suas casas homens políticos perseguidos pela P.I.D.E.⁶ Eram elas que serviam de elemento de ligação entre as diversas células do Partido presentes em todo o território. Quando, em 1963, a luta passou à fase armada, eram as mulheres que informavam às unidades de guerrilha dos movimentos das tropas portuguesas. E foram elas a participar ao lado dos homens em operações militares, quando a guerra se intensificou a partir de 1965 (Urdang, 1984, p.164-165). Em 1966, foram criadas as “milícias populares”, grupos armados formados por mulheres cuja função era proteger as populações das aldeias das zonas libertadas dos ataques do exército colonial e manter a ordem pública (Gomes, 2004, p.195). Quando foram reorganizadas as forças armadas, no mesmo ano, a inclusão das mulheres constituiu um aspecto inovador da política do Partido (Cabral, 1966, p.2). Foram inseridas no corpo do exército regular. As Forças Armadas Locais (F.A.L.), constituídas em 1970, contavam com a presença de muitas mulheres. Existiam grupos armados constituídos só por mulheres (grupos de 18 pessoas), que formavam as “unidades femininas”, que chegavam a cumprir missões de guerra.

Em 1972, nas vésperas do seu assassinato, Cabral proferiu um discurso na presença dos responsáveis do Partido. Em relação à participação da mulher, afirmou: “queremos sublinhar de modo particular o facto de que as mulheres da nossa terra estão a conquistar a própria independência pela qual muitos lutaram sem nunca tê-la alcançado. Podemos verificar que muitos responsáveis, seja dos comités de tabanca, seja dos comités regionais ou dos comités inter-regionais, são muitas vezes mulheres responsáveis, conscientes do seu valor e do seu papel no seio do nosso Partido, e podemos afirmar que no Partido, a todos os níveis, a mulher está presente” (Cabral, 1972, p.14). A interação entre homens e mulheres e a participação feminina em nível dos órgãos e das estruturas nascentes do Partido tinham-se tornado realidade e não um aspecto puramente teórico do programa.

No entanto, a presença da mulher na vida política e institucional das “zonas libertadas” foi um processo complexo, cujos obstáculos interferiram de forma contínua na vida e no avanço das mesmas. Durante o período da guerrilha, houve resistência por parte de algumas franjas conservadoras em relação à integração do elemento feminino nas estruturas do Partido. A maioria das mulheres era analfabeta e, portanto, consideradas “incapazes” de dirigir órgãos de grande responsabilidade e competência política⁷. Todavia, algumas figuras femininas distinguiram-se na hierarquia política do Partido por terem

desempenhado cargos de relevo. Foi o caso de Carmen Pereira, primeira mulher Comissário Político da Região Sul e responsável pela mobilização das populações da respectiva área. Carmen Pereira foi membro do Conselho Superior da Luta, órgão máximo de direção entre dois Congressos. Em 1973, após a declaração da independência da Guiné-Bissau, Carmen Pereira foi eleita deputada da Nação pela Região de Bissau, e no mesmo ano foi nomeada Vice-presidente da Assembleia Nacional Popular do Estado da Guiné-Bissau. Foi também o caso de Francisca Pereira, comissária política e representante do Partido na Organização Panafricana das Mulheres no início dos anos 70, com sede em Argel e de Ernestina Silá, mais conhecida por Titina Silá, primeira mulher guineense guerrilheira com nível superior de instrução. Enfim, a primeira mulher membro do Comité Regional na Região Sul, Bwetna N'dubi, explicou como as mudanças políticas efetuadas pelo Partido contribuíram para melhorar a condição da mulher guineense: *"hoje trabalho ao lado dos homens, com mais responsabilidade do que os homens. Isto não acontece só comigo. Sei que tenho que lutar juntamente com outras mulheres, contra a dominação dos homens. Mas temos que lutar duas vezes: primeiro para vencer as mulheres e, segundo, para convencer os homens de que as mulheres devem ter os mesmos direitos. O partido deu novas oportunidades e uma nova vida às mulheres. Mas temos que continuar a defender os nossos direitos"* (Urdang, 1979). A partir de 1970, nos Comitês de Tabanca⁸, pelo menos dois dos cinco membros deviam ser mulheres. A partir de 1972, as mulheres começaram a participar ativamente nos órgãos de decisão do Partido em níveis local e regional. Pela primeira vez, o seu trabalho quotidiano "anónimo" era valorizado. Houve casos em que os cargos de presidente ou o vice-presidente de tais órgãos foram "dignamente desempenhados por mulheres". Nos tribunais populares havia mulheres entre os membros do júri; em nível da informação e das comunicações, eram as mulheres que dirigiam a rádio e o jornal do Partido⁹. Também em nível da informação e da comunicação, importante instrumento de luta contra o colonialismo, a mulher assumiu um papel relevante.

A mulher e a educação

Uma das armas mais importantes que Cabral empregou para levar a mulher ao mesmo patamar que o homem, foi a educação. A educação constituiu um dos pilares fundamentais da política do PAIGC. No capítulo VII do seu programa de ação, quanto aos objetivos em termos da educação e cultura lê-se: *"1. Reforma do sistema de ensino; desenvolvimento do ensino*

secundário e da escola técnica; criação de uma universidade e de institutos técnico-científicos; 2. Luta contra o analfabetismo; instrução primária obrigatória e gratuita; formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais; 3. Luta contra os preconceitos herdados do colonialismo" (PAIGC, 1965). O sistema de educação visava atingir três objetivos principais: a instrução obrigatória das crianças e dos jovens, a formação dos soldados e a formação dos professores, na qual o uso do idioma crioulo como mecanismo de aprendizagem se revelou fundamental. Existiam três níveis de formação: o primeiro, cujo objetivo era alfabetizar as crianças nas zonas rurais; o segundo, formado por escolas-internatos, que recebiam os alunos que tinham conseguido passar o primeiro ano escolar; e o terceiro nível, que correspondia à instrução secundária. As únicas duas escolas de instrução secundária encontravam-se situadas nas zonas fronteiriças, na República da Guiné e no Senegal. A mais importante delas era a Escola Piloto, criada em 1965, em Conacry. A mulher assumiu um papel de relevo nas instituições de ensino. Por exemplo, o Comité de gestão administrativa da Escola Piloto era constituído por seis representantes dos estudantes (três rapazes e três moças) e controlado por um representante dos professores e por um membro do Partido (PAIGC, 1971). Da mesma forma, o Grupo de Controle, órgão responsável pela coordenação e controle das atividades escolares, era formado por quatro membros, dois homens e duas mulheres. Organizava as reuniões periódicas nas quais se discutiam os problemas dos estudantes e dos professores. Esta situação evidenciava um equilíbrio em termos numéricos entre homens e mulheres nas estruturas de ensino. Segundo a opinião de Dulce Almada Duarte, cabo-verdiana e professora de língua portuguesa e de educação cívica na Escola Piloto¹⁰ entre 1968 e 1973, *"o Partido fez tudo o que pôde pela mulher, especialmente pela mulher guineense. De forma geral, as mulheres cabo-verdianas que participaram na luta armada eram mulheres com formação académica; para a mulher guineense, a política do PAIGC teve grande importância porque ela era totalmente analfabeta. Durante a luta, a mulher tomou consciência do seu verdadeiro valor, exerceu funções políticas com grande dignidade e determinação. O facto de se libertar, de aprender cada vez mais foi uma grande conquista"* (Gomes, 2003).

Entre 1964 e 1972, a percentagem de mulheres com uma formação média aumentou de forma significativa. Por exemplo, no âmbito da saúde, de seis mulheres enfermeiras especializadas em 1964, passou-se a 132 enfermeiras especializadas em 1972 (Bóal, 1971). A presença feminina foi de extrema

desempenhado cargos de relevo. Foi o caso de Carmen Pereira, primeira mulher Comissário Político da Região Sul e responsável pela mobilização das populações da respectiva área. Carmen Pereira foi membro do Conselho Superior da Luta, órgão máximo de direção entre dois Congressos. Em 1973, após a declaração da independência da Guiné-Bissau, Carmen Pereira foi eleita deputada da Nação pela Região de Bissau, e no mesmo ano foi nomeada Vice-presidente da Assembleia Nacional Popular do Estado da Guiné-Bissau. Foi também o caso de Francisca Pereira, comissária política e representante do Partido na Organização Panafriicana das Mulheres no início dos anos 70, com sede em Argel e de Ernestina Silá, mais conhecida por Titina Silá, primeira mulher guineense guerrilheira com nível superior de instrução. Enfim, a primeira mulher membro do Comité Regional na Região Sul, Bwetna N'dubi, explicou como as mudanças políticas efetuadas pelo Partido contribuíram para melhorar a condição da mulher guineense: *"hoje trabalho ao lado dos homens, com mais responsabilidade do que os homens. Isto não acontece só comigo. Sei que tenho que lutar juntamente com outras mulheres, contra a dominação dos homens. Mas temos que lutar duas vezes: primeiro para vencer as mulheres e, segundo, para convencer os homens de que as mulheres devem ter os mesmos direitos. O partido deu novas oportunidades e uma nova vida às mulheres. Mas temos que continuar a defender os nossos direitos"* (Urdang, 1979). A partir de 1970, nos Comitês de Tabanca⁸, pelo menos dois dos cinco membros deviam ser mulheres. A partir de 1972, as mulheres começaram a participar ativamente nos órgãos de decisão do Partido em níveis local e regional. Pela primeira vez, o seu trabalho quotidiano "anónimo" era valorizado. Houve casos em que os cargos de presidente ou o vice-presidente de tais órgãos foram "dignamente desempenhados por mulheres". Nos tribunais populares havia mulheres entre os membros do júri; em nível da informação e das comunicações, eram as mulheres que dirigiam a rádio e o jornal do Partido⁹. Também em nível da informação e da comunicação, importante instrumento de luta contra o colonialismo, a mulher assumiu um papel relevante.

A mulher e a educação

Uma das armas mais importantes que Cabral empregou para levar a mulher ao mesmo patamar que o homem, foi a educação. A educação constituiu um dos pilares fundamentais da política do PAIGC. No capítulo VII do seu programa de ação, quanto aos objetivos em termos da educação e cultura lê-se: *"1. Reforma do sistema de ensino; desenvolvimento do ensino*

secundário e da escola técnica; criação de uma universidade e de institutos técnico-científicos; 2. Luta contra o analfabetismo; instrução primária obrigatória e gratuita; formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais; 3. Luta contra os preconceitos herdados do colonialismo" (PAIGC, 1965). O sistema de educação visava atingir três objetivos principais: a instrução obrigatória das crianças e dos jovens, a formação dos soldados e a formação dos professores, na qual o uso do idioma crioulo como mecanismo de aprendizagem se revelou fundamental. Existiam três níveis de formação: o primeiro, cujo objetivo era alfabetizar as crianças nas zonas rurais; o segundo, formado por escolas-internatos, que recebiam os alunos que tinham conseguido passar o primeiro ano escolar; e o terceiro nível, que correspondia à instrução secundária. As únicas duas escolas de instrução secundária encontravam-se situadas nas zonas fronteiriças, na República da Guiné e no Senegal. A mais importante delas era a Escola Piloto, criada em 1965, em Conacry. A mulher assumiu um papel de relevo nas instituições de ensino. Por exemplo, o Comité de gestão administrativa da Escola Piloto era constituído por seis representantes dos estudantes (três rapazes e três moças) e controlado por um representante dos professores e por um membro do Partido (PAIGC, 1971). Da mesma forma, o Grupo de Controle, órgão responsável pela coordenação e controle das atividades escolares, era formado por quatro membros, dois homens e duas mulheres. Organizava as reuniões periódicas nas quais se discutiam os problemas dos estudantes e dos professores. Esta situação evidenciava um equilíbrio em termos numéricos entre homens e mulheres nas estruturas de ensino. Segundo a opinião de Dulce Almada Duarte, cabo-verdiana e professora de língua portuguesa e de educação cívica na Escola Piloto¹⁰ entre 1968 e 1973, *"o Partido fez tudo o que pôde pela mulher, especialmente pela mulher guineense. De forma geral, as mulheres cabo-verdianas que participaram na luta armada eram mulheres com formação académica; para a mulher guineense, a política do PAIGC teve grande importância porque ela era totalmente analfabeta. Durante a luta, a mulher tomou consciência do seu verdadeiro valor, exerceu funções políticas com grande dignidade e determinação. O facto de se libertar, de aprender cada vez mais foi uma grande conquista"* (Gomes, 2003).

Entre 1964 e 1972, a percentagem de mulheres com uma formação média aumentou de forma significativa. Por exemplo, no âmbito da saúde, de seis mulheres enfermeiras especializadas em 1964, passou-se a 132 enfermeiras especializadas em 1972 (Boal, 1971). A presença feminina foi de extrema

Entre 1963 e 1968, a mobilização dos estudantes africanos em Portugal obteve resultados bastante positivos. A participação dos estudantes da Guiné foi “muito apreciada, apesar do reduzido número de guineenses em Portugal. Pedro Godinho, Henriqueta, Avito, Mário Cabral, Leonel Vieira e muitos outros deram um contributo importante ao desenvolvimento da luta armada” (Querido, 1989, p.24). Nestes anos, apenas uma mulher estava presente entre os estudantes da diáspora guineense.

Os anos 80

Um dos principais objectivos do PAIGC foi o de formar a unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, já realidade em nível das estruturas do Partido. A união deveria ser construída progressivamente através das estruturas de governo dos dois países, após a independência. No entanto, o golpe militar de 14 de novembro de 1980 de Bissau rompeu definitivamente o projeto de unidade dos dois países. A conquista do poder na Guiné-Bissau por parte de um dirigente guineense das forças armadas (o comandante Nino Vieira), deveria reforçar, segundo as expectativas locais, a consciência nacional e contribuir para a unidade do povo guineense. O povo guineense, em especial algumas etnias, sobretudo as de tradição animista, tinham finalmente um presidente “seu”. O golpe militar de 14 de novembro, dito “Movimento Reajustador” resultou sobretudo da deterioração das condições de vida das populações guineenses. Foi, por outro lado, o resultado do confronto com um PAIGC cujas estruturas se tinham cristalizado na concepção de um contra-poder, base do Estado pós-colonial. Foi ainda o resultado da ausência de um debate político interno com as massas, tendo causado o afastamento das duas velocidades (Lopes, 1984, p.13-18). O aumento das contradições internas e das posições extremas no Partido tinham conduzido a uma drástica redução das responsabilidades dos dirigentes guineenses (força militar do PAIGC), enquanto que a ala cabo-verdiana continuava a reforçar a própria posição. A consequência imediata da cisão entre os dois países foi a destituição de Luis Cabral e o sucessivo afastamento de dirigentes políticos de origem cabo-verdiana da Guiné-Bissau.

Neste contexto histórico-político, a situação da mulher não era homogênea em todo o território nacional. Por um lado, havia a mulher que tinha vindo das zonas libertadas, que tinha combatido ao lado dos homens e que tinha conquistado a própria emancipação política. Esta mulher tinha adquirido a

importância para o funcionamento das estruturas sanitárias locais.

Uma das consequências da sua emancipação foi, por exemplo, o início dos casamentos mistos entre etnias diferentes, fato que revolucionou o sistema social tradicional em que os casamentos, para além de serem “arranjados” entre as famílias, corriam rigorosamente entre membros do mesmo grupo étnico. A escolarização de um número cada vez mais elevado de jovens do sexo feminino deu também impulso ao início de uma mudança profunda da mentalidade social então existente.

A contribuição da diáspora

O processo de libertação na Guiné-Bissau contou com a importante contribuição dos estudantes da diáspora. A falta de universidades nas colónias portuguesas tinha levado jovens africanos da pequena “burguesia” a emigram, a partir da primeira metade dos anos 50, para Portugal, à procura de uma melhor formação. Em 1959, em Lisboa, os estudantes africanos criaram as bases da primeira organização nacionalista na diáspora, formada por jovens e intelectuais residentes em Portugal, com o objetivo de contribuir culturalmente para a libertação dos territórios africanos. Como referiu Jorge Querido, cabo-verdiano e dirigente do núcleo clandestino do PAIGC em Lisboa, “em 1960, tivemos o primeiro contacto com Amílcar Cabral, ao qual enviámos um memorando assinado por mim, pelo Ovídio Martins e por outros colegas; esse memorando indicava as linhas gerais do nosso programa de acção, pedia informações sobre o andamento das actividades no exterior e apresentava soluções em relação à nossa integração numa única frente de libertação” (Querido, 1989, p.16-17). A organização clandestina em Portugal tinha a sua sede em Lisboa e era constituída por um comité de coordenação, por “células” e por três órgãos de apoio, entre os quais a Seção Cultural, a Seção Feminina e a Seção de Estudos. A Seção Feminina era formada por cinco membros, uma representante para cada colónia. Tal como as outras seções, colaborava na preparação de textos de caráter formativo para os elementos das “células” e na organização de encontros culturais. As células eram “grupos clandestinos herméticos de mais de duas pessoas que, ignorando a composição dos outros grupos por questão de segurança, acabavam por funcionar como uma rede de indivíduos (Gomes, 2008a, p.56). Os principais objetivos das “células” da Guiné e Cabo-Verde eram o de sensibilizar os estudantes africanos a aderirem aos princípios do PAIGC, promover a formação política dos seus membros, por em prática as missões atribuídas ao Partido.

Tabela 1: Presença da mulher na Assembleia Nacional Popular

Legislatura	Mulheres	Homens	% Mulheres
1973/1976 (I)	10	110	8,3
1976/1984 (II)	19	131	12,6
1984/1989 (III)	22	128	14,6
1989/1994 (IV)	30	120	20

Fonte: *Assembleia Nacional Popular (Guiné-Bissau)*.

Em 1986 o Governo guineense aboliu as primeiras restrições comerciais e o IV Congresso do PAIGC, reunido em novembro do mesmo ano, introduziu algumas normas que reduziram em boa parte o controle do Estado sobre a economia e o comércio e aumentaram consideravelmente a possibilidade de investimento estrangeiro¹³. O Programa de Ajustamento Estrutural, PAE, adotado a partir de 1987, provocou uma deterioração geral do nível de vida das populações guineenses, tendo como uma das consequências mais importantes a proliferação das atividades econômicas de tipo informal. O agravamento das condições salariais e o atraso nos pagamentos reforçou a crise no seio das famílias e pos em causa as responsabilidades sociais dos homens chefes de família em relação ao próprio agregado familiar. Esta situação levou a que as mulheres se vissem "obrigadas" a ter de recorrer a outras atividades geradoras de renda a fim de garantir a sobrevivência da própria família. Um dos efeitos deste processo foi a crescente autonomia conquistada pelas mulheres nas praças (Havik, 1995, p.33-34).

A base da estrutura econômica do país sofreu uma profunda transformação, tendo passado de um modelo de economia de tipo socialista para um modelo liberal, onde as regras de jogo passaram a ser estabelecidas pelo mercado e não pelo Estado. Esta mudança teve um reflexo imediato no comportamento e na atitude dos agentes e dos operadores econômicos, e não menos importante, nas estruturas das famílias, especialmente entre os jovens e as mulheres, nas cidades e nas zonas rurais. A possibilidade de poder criar e gerir negócios próprios e de poder atuar num ambiente onde o Estado não tinha grande poder em termos de controle fiscal, atraiu parte da população para as atividades comerciais e econômicas. As relações com os vizinhos Estados do Senegal e da Guiné-Conakry provocaram uma rápida expansão do comércio, abrindo novas oportunidades de negócio para essas camadas. Num país como a Guiné-Bissau, em que o Estado enfrentava dificuldades para honrar os seus compromissos básicos, inclusive o pagamento regular dos salários e onde mais de 70% da

plena consciência dos seus direitos, deveres e liberdades como cidadã de um Estado de direito. Por outro lado, havia um outro tipo de mulher, que nunca tinha entrado em contato com a modernidade e com os ideais do PAIGC. Nesta nova dinâmica, cabia às mulheres instruídas e culturalmente mais avançadas apoiar aquelas que não tinham tido a mesma sorte.

Nessa perspectiva, em 1982 realizava-se o primeiro Congresso das Mulheres da Guiné-Bissau. Reunidas em Bissau, de 3 a 7 de Novembro de 1982, as mulheres guineenses debateram "profundamente os problemas das mulheres da nossa terra através da análise do discurso do Secretário-Geral do Partido e do relatório da Comissão Nacional da CNMG pela sua Secretaria Nacional, Francisca Pereira". Este Congresso teve como finalidade a criação da Organização das Mulheres da Guiné-Bissau, a UJEMU (União Democrática das Mulheres). Entre os aspectos que mereceram maior atenção por parte das delegadas podem-se referir o combate aos preconceitos tradicionais dos usos e costumes contrários ao progresso e modernização da mulher, a promoção da alfabetização e da formação das mulheres e crianças, o combate a determinadas práticas nocivas à saúde da mulher (o aborto clandestino, a procriação na adolescência, o casamento forçado, a excisão) e a regulamentação do casamento não formalizado¹¹.

A falta de recursos humanos nesta fase levou o Estado guineense a ter de recorrer aos jovens com formação académica em países estrangeiros. Esta estratégia favoreceu as mulheres, dando-lhes a possibilidade de por em prática as próprias capacidades. A presença feminina, embora tenha sido pouco significativa nos centros de decisão política, deu à mulher um novo impulso no âmbito do trabalho, prestígio e possibilidade de competir com o homem nas estruturas do Estado. No período pós-independência, a posição da mulher nas instituições políticas e postos de decisão ficou aquém das conquistas da luta, e progressivamente foi-se acentuando a desigualdade entre os sexos, sobretudo em nível da representatividade nos órgãos de soberania e noutras estruturas de governo, assim como no setor privado. Em relação à presença feminina no poder legislativo, segundo revela a tabela a seguir, nota-se uma grande disparidade entre o número de mulheres deputadas na primeira legislatura (10 deputadas, 8,3%) e o número de homens na mesma legislatura (110 deputados). A IV legislatura é a que contou com o maior número de presença feminina (30 deputadas, 20%)¹², como mostra o quadro à página seguinte:

população ativa operava no setor informal, da qual a maior parte das famílias dependia, direta ou indiretamente, a economia informal apresentava-se como a mais estável, a mais simples e a menos burocrática, contribuindo de forma decisiva para a resolução imediata dos problemas quotidianos de sobrevivência das populações como a alimentação, o emprego, a saúde e a escolaridade.

Os anos 90

A década de noventa marcou o início de uma nova era política. O regime de partido único foi formalmente substituído por um regime multipartidário com a reforma constitucional de 1991. O sistema político democrático, por muito "jovem" que fosse, abriu às mulheres guineenses novos horizontes políticos. Do ponto de vista político, elas tiveram a possibilidade de participar e aceder ao poder político, como parte ou por vezes sendo protagonistas do mesmo.

Em 1990 foi criado o Ministério dos Assuntos Sociais e da Promoção Feminina, cuja estratégia se baseou na formulação, coordenação e implementação de políticas de valorização do papel das mulheres no desenvolvimento nacional. Este ministério tinha por função implementar programas capazes de garantir a inserção das mulheres no processo de decisão. Os objetivos foram alcançados só em parte quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais, através da implementação do programa de formação/alfabetização das mulheres. A ausência de capacidade política e financeira por parte deste ministério, em boa parte devido à crise económica dos anos 90, agravada ulteriormente pelo conflito político-militar de 1998-99¹⁴, dificultou a aplicação de quaisquer planos ou estratégias de desenvolvimento e integração do elemento feminino nas instituições políticas e estatais (Gomes, 2004, p.216). O primeiro governo formado após as primeiras eleições livres de 1994 contava com apenas duas mulheres num elenco de 26 membros¹⁵. Este fato demonstra o profundo desequilíbrio que caracterizava a sociedade guineense em termos políticos.

Houve, por outro lado, mudanças profundas no que diz respeito à organização das mulheres da economia informal. A criação da *Associação das Mulheres de Actividade Económica* (A.M.A.E.) em 1992, em Bissau, constituiu um momento importante de estruturação do trabalho feminino no centro urbano. Mulheres comerciantes, agricultoras e pescadoras decidiram criar uma organização capaz de se fazer porta-voz das necessidades e das dificuldades económicas com que as mulheres se deparavam na vida quotidiana. Graças à dinâmica e ao bom funcionamento da associação nos primeiros anos, foi realizada, em agosto de 1996, a primeira feira nacional das mulheres guineenses

produtoras. Estas mudanças foram acompanhadas por pesquisas de campo cuja contribuição para a compreensão da situação económica das mulheres guineenses foi fundamental. Algumas delas concentraram-se no estudo de associações e cooperativas femininas relacionadas com o *empowerment*, o acesso ao crédito e às novas tecnologias e o comércio entre etnias (Schiefer e Havik, 1991). Outras concentraram-se no estudo do fenómeno do êxodo rural e as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres nos finais dos anos oitenta, anos que marcaram a aplicação de programas de estabilização macroeconómica e de ajustamento estrutural (Galli e Funk, 1994). Apesar do número considerável de projetos destinados a melhorar o estatuto da mulher e a sua produtividade, a maior parte das políticas adotadas nesse período basearam-se em perspectivas que tenderam a considerar os homens como chefes de família, o que significou quase sempre excluir a maioria das mulheres do acesso à tecnologia, ao crédito e aos serviços. Estes aspectos, unidos ao aumento das horas de trabalho e à subnutrição, contribuíram para aumentar a vulnerabilidade das mulheres às doenças sexualmente transmissíveis.

No que diz respeito à participação da mulher no poder legislativo no contexto multipartidário, houve uma redução importante da sua presença entre os finais dos anos 80 e o início dos anos 90, como mostra a tabela abaixo:

Tabela-2: Presença da mulher na Assembleia Nacional Popular

Legislatura	Mulheres	Homens	% Mulheres
1989/1994 (IV)	30	120	20
1994/1999 (V)	9	91	9
1999/2004 (VI)	7	95	7,8
2004/2008 (VII)	13	87	11

Fonte: Assembleia Nacional Popular (Guiné-Bissau).

A IV legislatura contou com a maior presença feminina (30 deputadas, 20%), contrariamente à VI legislatura, onde se observou um baixo número de deputadas (apenas 7 deputadas, 7,8%). Esta redução deve-se ao fato de que, no regime monopartidário, as eleições dos deputados à Assembleia Nacional Popular eram feitas através do sufrágio indireto, isto é, por meio de listas votáveis de Conselheiros Regionais, procedimento oposto ao praticado no regime multipartidário. Nas eleições legislativas de 2004, apesar do reduzido número de deputadas na Assembleia, em termos de representatividade foi registado um aumento de quase 50% de mulheres neste órgão (13 mulheres foram

eleitas deputadas e duas delas foram escolhidas para membros da mesa da Assembleia, tendo ocupado os cargos de primeira vice-presidente e segunda secretária da Assembleia Nacional Popular¹⁶. Também o número de mulheres nas comissões especializadas e comissões permanente aumentou consideravelmente. Este sucesso pode ser interpretado como o resultado de um conjunto de ações e estratégias empreendidas nos últimos anos por diversas organizações femininas do país, em particular o Instituto da Mulher e da Criança no quadro do projeto “Contribuição para a integração de uma abordagem de género na política de Boa Governação e nos programas de desenvolvimento”.

Em relação às mulheres em posição elegível nos principais partidos políticos, a situação no novo contexto multipartidário é de extrema fraqueza. As mulheres com cargos de decisão nos partidos são muito poucas, como se pode ver através dos dados indicados no quadro abaixo. O PAIGC é o partido com a maior presença de mulheres candidatas (10 mulheres), com 12,3%.

Apesar dos dispositivos legais, constata-se que a Lei Eleitoral não prevê mecanismos que regulamentem a participação equitativa das mulheres no processo eleitoral. Existe uma sub-representação das mulheres em todas as estruturas de decisão ligadas ao processo eleitoral, as quais são constituídas maioritariamente por homens.

Tabela-3: Candidaturas femininas apresentadas pelos partidos políticos durante as primeiras eleições multipartidárias de 1994

Partidos	nº de candidatas	Mulheres	%	Mulheres em Posição Elegível	% Em relação à Posição Elegível
FCG-SD ¹⁷	14	3	21%	1	60%
FLING ¹⁸	76	4	4%	3	3,7%
PAIGC ¹⁹	180	29	16%	10	12,3%
PCD ²⁰	222	17	4%	6	7,4%
PRS ²¹	50	3	6%	1	5,5%
PUSD ²²	130	12	9%	3	3,7%
RGB/MB ²³	207	8	4%	3	3,7%
UM ²⁴	223	16	7,2%	6	7,2%
TOTAL	902	92	10,2%	33	6,2%

Fonte: Estudo do Mercado de Trabalho das Mulheres Guineenses - UNTG - 2005.

O novo milénio

O ano 2000 foi reconhecido como “o ano da cooperação entre a China e o continente africano”. A 12 de outubro de 2000 foi adotada a Declaração de Pequim. Pela primeira vez, após as décadas que se seguiram às independências

dos países africanos, os ministros do Comércio, dos Negócios Estrangeiros e do Turismo da China e de 48 países africanos definiram as grandes linhas das novas relações entre o “gigante” asiático e a África²⁵. Na Declaração foram expressas a “universalidade dos direitos humanos e o respeito das liberdades fundamentais”, não esquecendo, todavia, que “cada país é livre de adoptar o seu próprio modelo social e o seu sistema de desenvolvimento” (Gomes, 2008b, p.86). A Declaração de Pequim de 2000 constituiu o início de uma nova fase nas relações de cooperação entre a República Popular da China e o continente africano. Decidiu-se estabelecer uma plataforma comum capaz de consolidar a cooperação entre os dois mundos em todos os níveis e criar formas de parceriados estáveis capazes de garantir benefícios a ambas as partes. A China tem desenvolvido nos últimos anos importantes relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP. Essas relações culminaram com a assinatura de um documento em outubro de 2003, em Macau, o *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial* (Gomes, 2008b, p.89). Entre as áreas consideradas “chave” para o desenvolvimento dos países lusófonos, contam-se a agricultura, a pesca, a qualificação da instrução e a formação profissional. Neste sentido, a política da inclusão do género nos projetos de desenvolvimento, a formação profissional das mulheres (sobretudo das mulheres que trabalham no setor informal – pesca, comércio de produtos agrícolas) e a instrução das crianças fazem parte das prioridades do Governo de Pequim e do Governo da Guiné-Bissau. O estabelecimento de um Secretariado Permanente em Macau garantirá e gerirá os apoios financeiros e logísticos dos projectos futuros e servirá de elo de ligação entre os PALOP e a China. Por outro lado, a agenda política dos Estados Unidos da América em relação à Guiné-Bissau põe em relevo uma nova estratégia de promoção dos direitos humanos e da democracia no novo milénio. Neste novo “quadro político-diplomático”, marcado pelo incentivo à realização de importantes reformas do setor público, a melhoria da condição feminina e o apoio a uma política que favoreça uma maior presença de mulheres nas instituições e organizações políticas constitui um aspecto fundamental da posição americana (Gomes, 2008b, p.91).

No plano interno, as disposições dos artigos 24º e 25º da Constituição da República da Guiné-Bissau consagram à mulher o direito de participar na vida política, social e económica do país, independentemente da raça a que pertence e do papel que desempenha na sociedade. Esta participação concretiza-se, entre outros, através do direito ao voto – elegibilidade, estabelecendo o

direito do eleitor com base no princípio da igualdade entre os sexos e no direito à participação na vida pública (a Constituição da República, a Lei Eleitoral e os instrumentos jurídicos internacionais consagram o princípio da igualdade entre os sexos quanto à participação na vida pública). Ainda quanto à participação da mulher na vida política do país, o artigo 101º da Lei Eleitoral estipula – “podem ser eleitos para o cargo de Presidente da República os cidadãos guineenses...”, querendo dizer que podem ser eleitos como Presidente da República todos os candidatos, sem distinção de sexo. O artigo 120º da mesma lei reza que “podem ser Deputados à ANP os cidadãos guineenses...”, podendo assim ser eleitos para o cargo de deputados todos os cidadãos guineenses, sem qualquer distinção de sexo.

Em termos da participação das mulheres nos partidos políticos e na direção dos serviços públicos, a situação é a seguinte: nas três principais formações políticas da Guiné-Bissau, a presença das mulheres nos órgãos de direção é bastante baixa, sobretudo se comparada com o número dos homens. Por exemplo, no PAIGC, principal partido político do país, existiam em 2005 apenas 5 mulheres no Bureau Político, contra 35 homens; do Comité Central, apenas 25 mulheres faziam parte, enquanto que os homens eram 151. Da mesma forma, em relação à segunda maior força política, o PRS, na sua Comissão Permanente de 11 membros, apenas um era de sexo feminino. A diferença entre homens e mulheres em postos de comando na hierarquia dos partidos políticos é ainda muito grande.

Tabela 4: A Mulher guineense na vida política partidária

FORMAÇÃO POLÍTICA	ÓRGÃOS					
	Comissão Executiva	Comissão Política	Bureau Político	Comité Central	Comité Permanente	Comissão Executiva
PRS ²⁶	15	12 M 151 H				
PAIGC ²⁷			5M 35 H	25 M 151 H		
RGB/MB ²⁸					1 M 10 H	15 M 25 H

Fonte: *Estudo do Mercado de Trabalho das Mulheres Guineenses - UNTG - 2005.*

Quanto à presença de mulheres nos governos e administrações locais, ela é baixa sobretudo em nível dos administradores locais, apenas 26,3%.

Tabela-5: Situação da mulher guineense no executivo e na Governação Local

	Governadores	Administradores
Homens	7 77,8%	28 73,7%
Mulheres	2 22,2%	10 26,3%
Totais	9	38

Fonte: *Base de Dados do IMC - 2004.*

Em nível da Magistratura, a presença feminina é igualmente fraca; um juiz conselheiro, duas juizas de setor e dez juizas de direito. Em 79 juizes presentes na magistratura, apenas 13 são mulheres.

Tabela 6: Mulheres na Magistratura

Categoria	Homem	Mulher	Total
Juiz conselheiro	8 88,89%	1 11,11%	9
Juiz desembargador	8 100%	0 0%	8
Juiz de direito	23 69,7%	10 30,3%	33
Juiz de setor	27 93,1%	2 6,9%	29
TOTAL	66 83,54%	13 16,46%	79

Fonte: *Dados do Conselho Superior da Magistratura Judicial (Guiné-Bissau).*

Num universo de 80 magistrados apenas 12 são mulheres como demonstra o quadro seguinte:

Tabela 7: Mulheres na Procuradoria Geral da República

Categoria	Homem	Mulher	Total
Procurador-geral Adjunto	10 90,91%	1 9,09%	11
Procurador da República	5 71,43%	2 28,57%	7
Delegados do Procurador da República	53 85,48%	9 14,52%	62
TOTAIS	68 85,00%	12 15,00%	80

Fonte: *Dados dos recursos humanos da Procuradoria-geral da República (Guiné-Bissau).*

A mulher e a sociedade civil

Nos últimos anos surgiram algumas organizações políticas e várias organizações da sociedade civil, lideradas por mulheres, o que é um sinal do reforço da capacidade das mulheres na luta por uma afirmação efetiva da liderança feminina no país. Dentre elas destacam-se a *Federação das Mulheres*

da Guiné-Bissau (FEMUGUIB), a Rede das Mulheres Africanas Ministras e Parlamentares da Guiné-Bissau (REMAMP-GB), a Sinda-Guiné, a Rede Nacional de Luta Contra a Violência no Género e na Criança (RENLUV), a Rede das Mulheres Parlamentares (NADEL), a Associação das Mulheres de Actividade Económica (AMAE), WIPNET, dentre outras.

Em 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança da mesma organização adotaram duas importantes resoluções, a 60/180 e a 1645/2005, que estabeleceram a Comissão para a Consolidação da Paz²⁹ como órgão consultivo intergovernamental. A CCP tem por função propor estratégias integradas para a consolidação da paz e para a reconstrução, ajudar a assegurar financiamentos para atividades de reconstrução previstas e investimentos financeiros a médio e longo prazo; prolongar o período de atenção à reconstrução pós-conflito por parte da comunidade internacional; desenvolver boas práticas sobre questões que envolvam uma estreita colaboração entre os atores políticos, militares e humanitários. Tudo isto é realizado através de dois mecanismos principais. O primeiro é o Fundo para a Consolidação da Paz (FCP), um fundo fiduciário criado em 2006 pelo Secretário Geral das Nações Unidas para ajudar os países elegíveis a colmatar as lacunas de financiamento dos seus programas nacionais, apoiando projetos de curto prazo com relevância direta e imediata nos processos de reconstrução da paz. O documento operacional para as atividades do FCP é o Plano Prioritário para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. O segundo mecanismo é o Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz, que fornece uma plataforma de médio a longo prazo para a formulação de estratégias na fase pós-conflito.

No seguimento da inclusão da Guiné-Bissau na agenda da CCP em Dezembro de 2007, foi realizada uma visita ao país, de 6 a 11 de abril de 2008, da Delegação de Alto Nível dos embaixadores da CCP a diversas zonas do país. Durante essa visita, as representantes das organizações de mulheres solicitaram a realização de uma Consulta Nacional para apurar as perspectivas e necessidades das mulheres guineenses e a sua integração no Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz³⁰, de forma a assegurar e valorizar as suas contribuições no projeto de reconstrução e consolidação da paz. Na reunião de consulta com a sociedade civil, as representantes das organizações de mulheres apresentaram uma declaração, expondo a situação das mulheres guineenses e pedindo uma abordagem integrada de género em todo o processo de consolidação da paz, consentindo a sua participação direta em todos os órgãos de decisão relativos a este processo. Para tal, pediram de forma específica

presença das representantes das organizações femininas no comité de pilotagem nacional³¹. Nos três dias em que decorreram os encontros, muitas questões foram abordadas. Os principais temas debatidos foram: consolidação do Estado de direito e reforma do setor da segurança; eleições; reforma da administração pública; medidas para reavivar a economia; aspectos sociais críticos à consolidação da paz. Durante os trabalhos de grupo foram identificados os obstáculos e estrangimentos relativamente a cada um dos temas e foram analisados os efeitos que estes têm nas populações, para além de terem sido apontadas possíveis soluções. Quanto aos temas discutidos, importa referir os aspectos principais que emergiram. Em primeiro lugar é indiscutível que as mulheres guineenses contribuíram (e continuam a contribuir) de forma constante e eficaz para o restabelecimento da paz, sobretudo como mediadoras de conflito. Sublinhou-se o papel desempenhado na luta pela independência, fato que lhes permitiu conquistar o grau de emancipação de que hoje gozam e que lhes permitiu aceder a postos de liderança, e a importância que estas conquistas deveriam ter na luta contra o analfabetismo, que entre a população feminina atinge os 70%³². Adicionalmente as mulheres desempenham as atividades económicas de menor escala e assumem elevadas cargas de trabalho para sustentar as próprias famílias. Por outro lado foi discutido o problema da violência com base no género e as práticas tradicionais nefastas como a mutilação genital feminina, os casamentos precoces e forçados, práticas comuns que impedem grande parte das mulheres alcançar um nível cultural e de desenvolvimento aceitáveis. A eliminação de algumas práticas tradicionais consideradas perigosas e desnecessárias para a saúde das mulheres como a excisão genital feminina constitui hoje um objetivo comum para a maior parte das mulheres guineenses (60%), que declaram ser contrárias por serem “uma grave violação dos direitos humanos e uma ameaça à saúde das mulheres e das meninas”³³. A inexistência de leis internas específicas que protejam as crianças sujeitas à excisão, bem como a falta de apoio aos pais que não concordam com esta prática deve, portanto, ser levada em consideração por todos os setores da sociedade. Sendo a excisão uma “convenção social” junto das comunidades que a praticam (estritamente ligada ao casamento e à participação da mulher em atos e cerimónias culturais e religiosas), traduz-se numa manifestação de desigualdade entre os géneros profundamente enraizada nas estruturas sociais, económicas e políticas locais. Foi também discutida a situação socioeconómica precária das mulheres, que se traduz sobretudo no desemprego e emprego precário, cujo principal efeito é o elevado nível de pobreza.

A sobrecarga de trabalho (atividades de rendimento econômico e lides domésticas) e o recurso a fontes alternativas de rendimento podem ter efeitos sociais nefastos como a prostituição, o tráfico de drogas e a emigração. Todos estes fatores contribuem para a desestruturação das famílias. Por outro lado refletiu-se sobre os problemas que enfrenta o setor da justiça, sobretudo a falta de independência e autonomia do poder judicial, o que dificulta o desempenho das funções deste setor. Apesar da presença de várias mulheres em posições de liderança no setor da justiça (presidente do Supremo Tribunal de Justiça, diretora da Polícia Judiciária), existe a necessidade de fortalecer o papel das mulheres nesta área, pois os problemas relativos ao setor da justiça têm repercussões importantes no acesso das mulheres à justiça. Enfim, discute-se o fato de que uma sociedade patriarcal com estereótipos fortes limita o desenvolvimento das mulheres e a sua participação no processo de tomada de decisão, o que leva a uma fraca representação nas estruturas da função pública e nas forças de defesa e segurança, especialmente nas posições hierárquicas mais elevadas.

Reflexões finais

A luta pela emancipação política não é uma prerrogativa exclusiva dos países mais avançados. Na Guiné-Bissau, esse processo teve início no contexto da luta pela libertação contra o domínio colonial, no qual foi consagrada especial atenção à condição feminina, contribuindo, como já foi analisado nas páginas anteriores, para a mudança de mentalidade e procurando criar novas soluções para promover o desenvolvimento sociopolítico e cultural das mulheres guineenses. O Governo da Guiné-Bissau ratificou desde a independência diversos documentos internacionais ao longo dos anos em favor da condição feminina. São eles: a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher de 1952, a Convenção Internacional sobre o Consentimento do Casamento de 1962, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979, a Declaração sobre a Protecção das Mulheres e das Crianças no período de Vigência dos Conflitos Armados de 1974, a Declaração de México sobre a Igualdade da Mulher de 1975, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981 e o Protocolo Facultativo à CEDAW de 2000. Todavia, a posição da mulher ficou aquém das conquistas e das perspectivas da luta e, progressivamente, foi-se acentuando a desigualdade entre os sexos.

Na estrutura social da sociedade atual guineense, a mulher insere-se numa posição de subordinação, quase sempre com a responsabilidade exclusiva da

procriação, sobretudo no mundo rural. Nos anos sucessivos à independência, a relação da mulher com o poder e com a política foi de grande desequilíbrio. De forma geral, as candidaturas femininas a postos de decisão nas instituições políticas e do Estado foram penalizadas sobretudo no contexto multipartidário. Uma das razões que levou a esta situação foi o fato de o pluralismo político ter-se demonstrado pouco favorável à solidariedade feminina e ter aumentado a dispersão dos esforços. Por outro lado, a inaplicabilidade de algumas leis que regulam a participação das mulheres nos órgãos de decisão, a falta de informação por parte das próprias mulheres sobre as oportunidades que a lei lhes oferece, a falta de confiança dos partidos políticos nas mulheres, são alguns dos obstáculos à efetiva emancipação feminina. Outros fatores como o analfabetismo e a marginalização na vida pública (aspecto fortemente ligado às tradições e à religião), a feminização da pobreza, e o fraco poder econômico das mulheres, favoreceram o subdesenvolvimento em que se encontram hoje as mulheres guineenses.

É incontestável o fato de que a Constituição garante direitos iguais a homens e mulheres nos domínios político, econômico e social. Todavia, as mulheres enfrentam ainda muitos obstáculos para alcançar essa paridade, sobretudo por via dos costumes e tradições. Não que se refira à promoção da liderança feminina, resta muito a fazer. Para inverter a atual tendência de forma a favorecer o reforço da capacidade das mulheres, algumas medidas deveriam ser tomadas em consideração, tais como: a definição de uma política de apoio e de reforço de capacidade de liderança; a promoção de ações em todos os níveis, visando a mudança de mentalidade face à problemática da igualdade e equidade entre os sexos; o reforço das capacidades e da consciência das mulheres sobre a importância de se unirem em defesa dos seus direitos, através da formação; o reforço da capacidade técnica das instituições de apoio à promoção do gênero e de liderança; criação e financiamento de projetos de potenciamento da condição feminina.

Algumas medidas concretas em nível da sociedade civil e por meio das organizações de mulheres poderão levar à melhoria da situação atual das mulheres nas instituições políticas:

- 1) Um forte lobby da Plataforma junto da Comunidade Internacional para que selem um compromisso com as mulheres guineenses no sentido de disponibilizarem apoio financeiro para candidatas a deputadas, tendo em conta a sua fragilidade econômica, o que condiciona grandemente a sua campanha eleitoral e as perspectivas de vitória;

- 2) Que as mulheres políticas, através da Plataforma, negociem com os partidos políticos a inclusão, nos seus estatutos, da quota de 40% em todos os órgãos do partido e, em caso de vitória, em todas as estruturas do Estado;
- 3) Que os partidos políticos e as próprias mulheres deem uma atenção especial à formação e reciclagem das suas militantes e dirigentes;
- 4) Que as mulheres procedam com urgência, à entrega junto do Governo e dos partidos políticos, de um Memorando solicitando a consagração da quota dos 40% nas próximas nomeações para cargos governamentais.

Notas

- ¹ Investigadora em História e Instituições da África do Departamento Sónico Político Internacional da Università degli Studi di Cagliari-Itália. E-mail: gomes@unica.it
- ² Sobre este argumento a bibliografia é vastíssima; veja-se MATTEUCCI, N. Lo stato. Bologna, 2005, em particular p.93-105.
- ³ O Estatuto em causa refere-se aos africanos que, do ponto de vista legal, eram considerados "indígenas", ou seja, os nativos que não tinham quaisquer direitos de exercer a cidadania e, portanto, totalmente excluídos das vantagens que a aquisição de tais direitos pressupunha (direito de voto, direito à instrução, possibilidade de emprego nas instituições do Estado e outros). Veja-se Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954. Sobre a situação social dos africanos nos anos cinquenta. Veja-se CABRAL, 1976, p.57-116.
- ⁴ *Année Internationale de la femme*, 1975. Imprimerie Union, Paris 1975.
- ⁵ Meeting in Mexico. *World Conference of the International Women's Year* (Mexico City, 19 June-2 July 1975), United Nations, New York 1975.
- ⁶ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado, convocada por P.I.D.E., foi criada em 1954 em Lisboa, com o objetivo de focar qualquer tipo de atividade política e de propaganda nas colónias africanas e em Portugal (sobre a atividade da P.I.D.E. na Guiné veja-se os documentos relativos à luta clandestina do P.A.I.G.C. e de Amílcar Cabral presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: "Boletim n. 147289" (1 fl.); "Processo SR-1915/50": pasta 1 (94 fls.), pasta 2 (397 fls.), pasta 3 (332 fls.), pasta 4 (264 fls.), pasta 5 (288 fls.), pasta 6 (294 fls.), pasta 7 (208 fls.), pasta 8 (315 fls.), pasta 9 (167 fls.), pasta 10 (306 fls.), pasta 11 (316 fls.), pasta 12 (248 fls.), pasta 13 (1179 fls.), pasta 14 (328 fls.).
- ⁷ Apesar da grande oposição interna, Amílcar Cabral defendeu desde o início da luta armada, a situação das mulheres no seio do Partido. A decisão de criar a Escola Piloto em Conacry e o envio de grupos de jovens mulheres para estudar em alguns países estrangeiros, sobretudo do leste europeu, mostrou a importância que o tema da educação das mulheres assumiu para Cabral e para o seu movimento (veja-se P. A. I. G. C., 1972; Andrade, posterior a 1967).
- ⁸ O "Comité de Tabanca" era o órgão responsável pela administração das aldeias (tabancas). Controlava a circulação dos indivíduos entre aldeias, seguia as questões de ordem cível, era responsável pelo transporte de artigos de primeira necessidade e outros, vigiava sobre a especulação de preços. Era constituído por um presidente (deixé da Tabanca e das populações), um vice-presidente, um responsável pelas relações sociais e estado cível e um responsável pelo comércio e abastecimento (veja-se P.A.I.G.C., 1970).
- ⁹ O primeiro Tribunal Popular "de primeiro nível", isto é, de Tabanca, foi instituído em 1969. Trata a função de julgar questões de interesse comunitário e problemas do quotidiano das populações (circuito, conflitos de terra, circulação de pessoas das zonas libertadas as zonas não libertadas). Era constituído por três membros, entre os

quais um juiz e dois assessores, escolhidos pela Assembleia do Povo, por um período de três anos. Destes membros, pelo menos um devia ser mulher. (Veja-se Cabral, 19/11/1969; P.A.I.G.C., 1972).

¹⁰ A Escola Piloto foi a mais importante escola criada pelo P.A.I.G.C. durante a luta armada. Criada em 1965, em Conacry (República da Guiné), tinha o objetivo de formar "um homem novo, livre de todos os aspectos negativos da tradição animista e pronto a assimilar, com espírito crítico, as conquistas da humanidade" (Gomes, 2003, p.84)

¹¹ "I Congresso das Mulheres da Guiné-Bissau. Resoluções gerais": Ocanito. Especial Novembro 1982, p.44

¹² Instituto da Mulher e da Criança, Estudo sobre boas práticas do género na Guiné-Bissau, Bissau, 2005, p.2

¹³ Veja-se Guinea Bissau. *Africa South of the Sahara 2005* (35th edition). London: Routledge, 2006, pp. 568-69.

- ¹⁴ Sobre o conflito cível na Guiné-Bissau veja-se FORREST, J. 2002, em especial p.255-261.
- ¹⁵ Instituto da Mulher e da Criança, Estudo sobre boas práticas do género na Guiné-Bissau, Bissau, 2005, p.4.
- ¹⁶ Instituto da Mulher e da Criança, Estudo sobre as boas práticas do género na Guiné-Bissau, Bissau, 2005, p. 3.
- ¹⁷ *Forum Crítico Guineense-Social Democracia*
- ¹⁸ *Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné*
- ¹⁹ *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*
- ²⁰ *Partido da Convergência Democrática*
- ²¹ *Partido Unido Social Democrata*
- ²² *Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá*
- ²³ *União para a Mudança*
- ²⁴ *Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation. www.dfa.gov.za*
- ²⁵ *Partido para a Renovação Social*
- ²⁶ *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*
- ²⁷ *Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá*
- ²⁸ *Peace Building Commission (PBC). Sobre a PBC veja-se http://www.un.org/peace/peacebuilding/*
- ²⁹ *Veja-se UNOGBIS, A abordagem integrada de género no Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz, Relatório e recomendações para as áreas prioritárias do Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz, 17, 18, 19 de Junho de 2008.*
- ³⁰ *Id.*
- ³¹ *Id.*
- ³² *Id.*
- ³³ Ministério da Solidariedade Social, Família e Luta contra a Pobreza/Instituto da Mulher e da Criança, Consulta Nacional para a definição de uma estratégia de abandono da existência da Guiné-Bissau, Bissau, 29, 30 e 31 de Outubro de 2007.

- Assegurar uma abordagem integrada de género na política educativa;

Mulheres e Saúde

- Aumentar a dotação orçamental para o sector da saúde pública, com especial ênfase para a saúde reprodutiva;
- Afectar fundos específicos aos sectores da saúde com vista a combater as IST e particularmente a pandemia do VIH/SIDA;
- Estabelecer serviços de clínica móvel para mães e crianças das zonas rurais e periurbanas;
- Organizar programas sobre água potável e saneamento básico, especialmente para os bairros e tabancas onde não existem redes especializadas;

Mulheres, Justiça e Segurança

- Adoptar a lei para o abandono da prática da mutilação genital feminina e desenvolver uma lei sobre a violência doméstica;
- Capacitar actores legais e autoridades tradicionais no domínio da implementação da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW) relativamente às suas responsabilidades sobre a violência com base no género e nos direitos humanos das mulheres;
- Assegurar a implementação de medidas específicas para o combate ao crime organizado, nomeadamente o tráfico de droga e o tráfico humano;
- Aumentar o papel das mulheres do sector da Defesa e Segurança e assegurar a sua participação nos órgãos de tomada de decisão;

Mulheres e Mídias

- Providenciar formação sobre género aos média e promover encontros regulares entre as mulheres e os média para assegurar o equilíbrio do género nas reportagens e assegurar a informação para as mulheres sobre todas as questões.
- Nos Mulheres signatárias desta Plataforma Política de Mulheres estamos convictas de que os partidos políticos incluído na sua agenda política nacional da próxima legislatura todas as preocupações expressas na presente plataforma.

Bissau, 12 de Setembro de 2008

Assinada:

As assinaturas constam em anexo e fazem parte integrante deste documento.

** Nota do Editor: por se tratar da transcrição de um documento, foi mantida a grafia original, em português de Portugal.*

Annexo*

PLATAFORMA POLITICA DAS MULHERES DA GUINE-BISSAU

A Plataforma Política das Mulheres é um instrumento de lobbying e advocacia das mulheres junto dos partidos políticos, visando aumentar a participação e promoção das mulheres nas instâncias de tomada de decisão e no seio dos partidos políticos.

A Plataforma Política das Mulheres foi criada no âmbito do programa "Mulheres e Eleições legislativas de 2008" com o apoio técnico e financeiro do Sistema das Nações Unidas, através das agências, designadamente: o UNOGBIS, o UNFPA e o PNUD.

A Plataforma Política das Mulheres, sendo um instrumento de sensibilização dos partidos políticos e dos parceiros de desenvolvimento, a sua implementação far-se-á através da adopção de agendas concretas e específicas, em conformidade com as áreas prioritárias estabelecidas, nomeadamente: a Política, a Economia, a Educação, a Saúde, a Justiça, a Paz e Segurança, e os Média.

Mulheres e Política

As mulheres, que constituem mais de 52% da população do país, continuam sub-representadas comparativamente aos homens em todos os órgãos de decisão do país, nomeadamente no Parlamento e no Governo, em que as mulheres ocupam apenas 13% e 11% respectivamente, pelo que se afigura recomendável o seguinte:

- Estabelecer quotas para assegurar uma representação mínima de 40% de mulheres nos lugares elegíveis e nas cabeças de lista dos partidos políticos;
- Implementar a política de descentralização através da realização de eleições autárquicas;
- Continuar a fortalecer a participação das mulheres na política de um modo geral, e nas eleições muito em particular através de formação e capacitação;
- Estabelecer um mecanismo de consulta permanente para as mulheres deputadas da Nação, das Organizações da sociedade civil e dos órgãos de soberania;
- Adoptar e implementar a política nacional de igualdade e equidade de género e assegurar que o Instituto da Mulher e da Criança seja autonomizado e dotado de recursos humanos, administrativos e financeiros adequados, com assento no Conselho de Ministros, para uma eficaz coordenação desta política;

Mulheres e Economia

- Aumentar e valorizar o papel da mulher na economia nacional ao providenciar formação técnico-profissional e oportunidades de emprego;
- Aumentar as capacidades de gestão das mulheres e a capacidade de providenciar a segurança alimentar através de programas de formação;
- Adoptar políticas que assegurem o acesso das mulheres aos fundos de desenvolvimento, incluindo o acesso ao micro-crédito;
- Desenvolver unidades de conservação e transformação de produtos e de pequenas empresas (cooperativas) para promover os produtos locais, especialmente aqueles em cuja produção as mulheres estão envolvidas;
- Criar empregos para os jovens assegurando o acesso a rapazes e raparigas;

Mulheres e Educação

- Que sejam redefinidos os programas de alfabetização funcional para mulheres e reforçado o programa de escolarização e formação profissional de raparigas;
- Fortalecer os programas de educação cívica nos currículos escolares ao integrar a componente género;

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. *La lutte de libération en Afrique. Le rôle de la femme, posterior a 1967*. Lisboa: Fundação Mário Soares, pasta n. 4310.003, imagem 43.
- Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation*. www.dfa.gov.za.
- BOAL, M. *A organização da assistência médico-sanitária do nosso partido*. Comacri: P.A.I.G.C., 1970 (documento inédito).
- CABRAL, A. *Para a melhoria do nosso trabalho político* (seminário destinado aos quadros do Partido), Comacri, 19-11-1969. Lisboa: Fundação Mário Soares, pasta n.4357.009.
- CABRAL, A. *Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.). Bases e componentes (como se organizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo Verde)*, Comacri, P.A.I.G.C. (Conselho de Guerra), 1966. Praia (Cabo Verde): Fundação Amílcar Cabral.
- CABRAL, A. *Textos políticos*, 1972. Lisboa: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (C.I.D.A.C.), GB-A.C. II-4.
- CAPUZZI, L. *Il volto femminile del potere*. In: CARCANGIU, B.M. *Donne e potere nel continente africano*. Torino: L'Harmattan Italia, 2004, p.12-56.
- CARCANGIU, B.M. *La política e le donne nel continente africano*. In: DAU NOVELLI, C. *Nel segno dell'empowerment femminile. Donne e democrazia politica in Italia e nel mondo*. Cagliari: Aipsa Edizioni, 2007, p.337-349.
- CARCANGIU, B.M. *Per un discorso sulla donna africana. Un contributo bibliografico*. Orientalia Karalitana, n.0, pp.53-122, 1986.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. www.esig-ipebj-pt
- CORONA CORRIAS, M. *La lunga strada per una compiuta cittadinanza*. In: DAU NOVELLI, C. *Nel segno dell'empowerment femminile. Donne e democrazia politica in Italia e nel mondo*. Cagliari: Aipsa Edizioni, 2007, p.23-36.
- FORREST, J. *Guinea-Bissau*. In: CHABAL, P. *A history of postcolonial lusophone Africa*. London: C. Hurst & Co., 2002, p.236-263.
- GALLI, R. e FUNK, U. *O ajustamento estrutural e género na Guiné-Bissau*. Revista Internacional de Estudos Africanos, n.16-17, p.235-254, 1994.
- GOMES, P. *A nova ordem social criada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) nas zonas libertadas da Guiné-Bissau (1963-1973)*. Cagliari, 2003. Dissertação (Doutoramento em História e Instituições da África moderna e contemporânea) - Faculdade de Ciências Políticas, Universidade de Cagliari (Itália).
- GOMES, P. *Cina e Stati Uniti in Guinea Bissau: tra cooperazione e politica dell'assistenza*. *Guinea Conary: dall'isolamento internazionale all'interesse delle grandi potenze*. In: MOSCA, L. e SORRENTINO, L. *Cina e Stati Uniti in Africa. Opportunità di sviluppo o neocolonialismo dal terzo millennio. Il caso di alcuni paesi (2000-2006)*. Meridione. Sud e Nord nel mondo, Napoli: n.3-4, p.84-110, luglio-dicembre 2008b.
- GOMES, P. *Duèspora guineana elotta clandestina. Testimonianze femminile*. Inchiesta, Bari, n.161, p.54-59, luglio-settembre 2008a.
- GOMES, P. *Guinea-Bissau e isole di Capo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica*. In: CARCANGIU, B.M. *Donne e potere nel continente africano*. Torino: L'Harmattan Italia, 2004, p.192-244.
- Guinea Bissau. In: *Africa South of the Sahara 2005 (35th edition)*. London: Routledge, 2006, pp.568-589.
- HAVIK, P. *Relações de género e comércio: estratégias moviadoras de mulheres na Guiné-Bissau*. Soronda-Revista de Estudos Guineenses. Bissau, N.19, pp.23-36, Janeiro 1995.
- 1º Congresso das Mulheres da Guiné-Bissau. Resoluções gerais. Oeunto. Bissau, Especial Novembro 1982.

INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA. *Estudo sobre boas práticas do género na Guiné-Bissau*, Bissau, 2005, 18 p.

LOPES, C. *Enia, stato e rapporti di potere in Guinea-Bissau*. Bologna: GVC, 1984, 158p.

MATTEUCCI, N. *Lo stato*. Bologna, 2005.

Meeting in Mexico. *World Conference of the International Women's Year (Mexico City, 19 June-2 July 1975)* United Nations, New York, 1975

Ministério da Solidariedade Social, Família e Luta contra a Pobreza/Instituto da Mulher e da Criança. Consulta Nacional para a definição de uma estratégia de abandono da excisão da Guiné-Bissau. Bissau, 29, 30 e 31 de Outubro de 2007, 3p.

O'BARR, J. *African women in politics*. In: JEAN, M. and STICHTER, S. *African women south of the Sahara*. London and New York: Longman, 1984, p.140-155.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE E CABO-VERDE. *Programado P.A.I.G.C.-Programa Maior*, 1965. Praia (Cabo-Verde), Fundação Amílcar Cabral.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE E CABO-VERDE. *Rapport sur le rôle politico-social e économique de la femme en Guinée et aux îles du Cap-Vert*. 1972, Praia (Cabo-Verde), Fundação Amílcar Cabral.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE E CABO-VERDE. *Regulamento interno das internas das regiões libertadas*, Conacri, 1971, Praia (Cabo-Verde), Fundação Amílcar Cabral

Plataforma Política das Mulheres da Guiné-Bissau, Bissau, 2008.

QUERIDO, J. Cabo Verde. *Subsídios para a nossa luta de libertação*. Lisboa: Vega, 1989.

SCHIEFER, U. e HAVIK, P. *Associações e Cooperativas na Guiné-Bissau: um Estudo Socio-Económico e Cultural. Estudo para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, Bissau, COPIN, 1991, 66 pp.

UNOGBIS. *A abordagem integrada de género no Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz. Relatório e recomendações para as áreas prioritárias do Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz*, 17, 18, 19 de Junho de 2008, 32 p.

URDANG, S. *Fighting two colonialisms: women in Guinea-Bissau*. New York, 1979.

URDANG, S. *Women in contemporary national liberation movements*. In: JEAN, M. and STICHTER, S. *African women south of the Sahara*. London and New York: Longman, 1984, p.156-169.